Política

Lava Jato
Ação contra parentes de Paulo Roberto Costa é suspensa. Pág. A6

Novo governo. De acordo com estudo da FGV, petistas vão comandar 21% da verba disponível para compras e investimentos dos ministérios, enquanto os partidos da base vão definir 64%, um recorde desde 2004; restante é orçamento de pastas vistas como técnicas

PT perde poder para aliados e vai gerir menor volume de recursos em 12 anos

Valmar Hupsel Filho

A reforma ministerial feita pela presidente Dilma Rousseff no início deste ano deve resultar na menor influência do PT, nos últimos 12 anos, sobre a verba que os ministros têm poder de decidir sua aplicação, como compras e investimentos. Na nova configuração da Esplanada, o partido da presidente vai controlar 21% desses recursos – metade do porcentual médio registrado no 1.º mandato de Dilma. Os partidos da base aliada, por sua vez, saltam para 64%, um recorde no período.

O restante, cerca de 15%, é orçamento de pastas vistas como técnicas. A projeção foi feita pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas com base na proposta de Orçamento 2015 que ainda precisa ser votada pelo Congresso este ano. Ao ser analisada, a lei orçamentária deverá ser alterada por emendas feitas por parlamentares, que costumam destinar mais recursos aos ministérios controlados por seus partidos. Com isso, os porcentuais podem mudar.

O estudo mostra que, no 1.º mandato, Dilma concentrou em pastas comandadas pelo PT uma média de 45% da chamada verba discricionária – que pode ser usada livremente, ao contrário dos recursos que possuem vinculação obrigatória. Os partidos da base aliada, somados, controlavam cerca de 35% desses recursos no mesmo período.

Era uma distribuição semelhante à registrada pelo seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, antes do mensalão se tornar público, em 2005. No ano anterior, Lula mantinha 53% dos recursos sob controle do PT e 25% decididos pelos partidos aliados. A partir de 2005 até o fim de seu governo, Lula inverteu a proporção e manteve uma média de 30% para o PT e 53% para partidos da base aliada.

Enfraquecimento. O cientista político Luís Felipe da Graça, pesquisador da FGV, vê semelhança entre o movimento de Dilma na reforma ministerial deste ano e o feito por Lula no seu 2.º mandato. Segundo ele, ambos concentravam a aplicação de recursos discricionários em ministros petistas até se verem enfraquecidos politicamente por causa de escândalos de corrupção no governo.

A partir daí, passaram a fazer a redistribuição para satisfazer a necessidade de se fortalecer com a base no Congresso. O maior escândalo do governo Dilma foi desencadeado pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Iniciada em março do ano passado, a operação apura irregularidades em contratos firmados pela Petrobrás com grandes empreiteiras, tendo ainda o envolvimento de políticos.

A diferença entre Lula e Dilma, segundo o cientista político, está na escolha dos aliados. Enquanto Lula fez a redistribuição entre o PMDB, o PP e o PR, Dilma preferiu dividir o bolo com o PROS e o PSD, cujos ministros nomeados, Cid Gomes (Educação) e Gilberto Kassab (Cidades), respectivamente, deram demonstração de fidelidade à presidente durante a campanha. "Na distribuição orçamentária, a presidente preferiu reforçar os novos acordos", diz o pesquisador da FGV.

A nova composição ministerial provocou reclamações, especialmente dos partidos que perderam espaço na divisão orçamentária. Integrantes do PT e do PMDB reclamaram do novo espaço. Petistas também passaram a disparar críticas, nos últimos dias, contra a política econômica do 2.º mandato. Mesmo entre beneficiados na nova distribuição, houve queixas. O PROS divulgou nota para dizer que não se sentia representado por Cid Gomes. O ministro da Educação comandará 23% dos recursos destinados a compras e investimentos, o maior porcentual entre as siglas.

Participação. O PSD, que até então controlava a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, aumentou sua participação de 0,03% para 16% quando Kassab passou a comandar Cidades.

Entre os que mais perderam está o PP, citado na Lava Jato. A legenda, que comandava em média 14% dos recursos no 1.º mandato de Dilma, deverá ficar com 2,9% nas projeções para 2015.

Apesar de ser o principal aliado do governo e comandar o maior número de ministérios – seis, uma mais que no 1.º mandato –, o PMDB controlará 5% dos recursos. O porcentual é o menor desde 2005, mas se mantém próximo à média de 6% registrada entre 2011 e 2014. No segundo governo Lula a média de influência do PMDB era de 20%.

Para o cientista político Jairo Nicolau, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é preciso lembrar que, além de ministérios, o PMDB comandou Câmara e Senado e indicou o vice-presidente da República. Segundo ele, os indicadores da FGV mostram que Dilma busca reduzir a concentração de poder do PT para evitar as dificuldades de aprovar matérias de interesse do Executivo ocorridas no 1.º mandato. "Dilma vai precisar ter uma base mais tranquila para encarar os desafios econômicos que estão por vir, cujas mudanças necessárias vão passar pelo Congresso. Ela sinalizou um caminho certo ao tentar colocar todas as forças políticas relevantes no governo, mas se isso terá resultados práticos vai depender da sua capacidade de articulação."

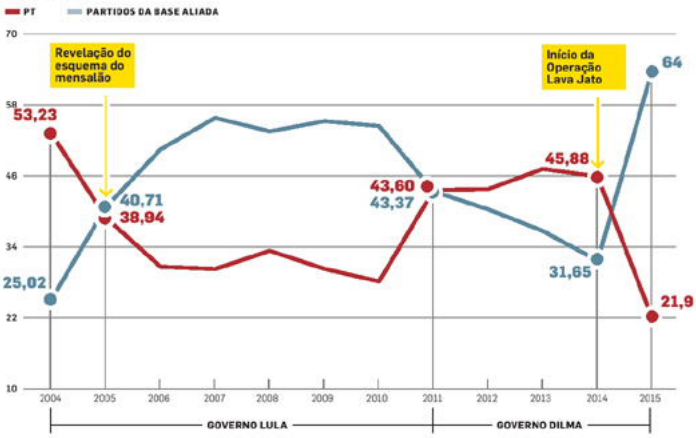
● Articulação
"Dilma vai precisar ter uma base mais tranquila para encarar os desafios econômicos que estão por vir, cujas mudanças necessárias vão passar pelo Congresso"
Jairo Nicolau
CIENTISTA POLÍTICO

DISTRIBUIÇÃO

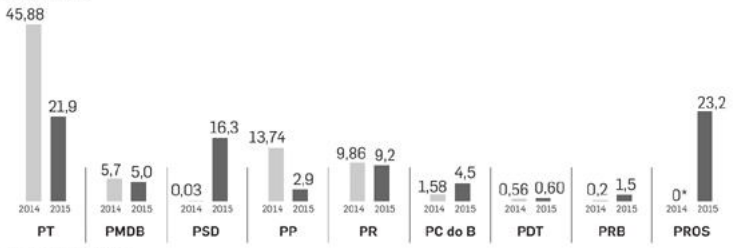
● Em momentos de crise, governos tendem a descentralizar poder nas pastas

O que são recursos discricionários dos ministérios?
São aqueles em que o ministro tem poder de decisão sobre sua destinação

Recursos discricionários dos ministérios
EM PORCENTAGEM



Divisão por partido
EM PORCENTAGEM



*Legenda não tinha ministério
FONTE: FGV
INFOGRÁFICO/ESTADÃO

ANÁLISE: *Luís Felipe da Graça e Amaro Grassi*

Maior divisão de poder visa garantir estabilidade política

O retrato da composição partidária dos ministérios que inicia o segundo governo Dilma Rousseff pode ser analisado a partir de diversas perspectivas. Como em toda a formação de governos, proliferam críticas de insatisfeitos ou que se sentiram mal representados na escolha dos nomes.

Mas uma das perspectivas possíveis – em geral pouco explorada – é a que busca entender a construção de governos a partir das relações entre Executivo e Legislativo. E é inegável que, sob esse ponto de vista, a formação do novo governo representa um avanço.

Apesar de ainda comandar a maior parte dos recursos previstos na proposta orçamentária de 2015, conforme mostra o *Estado* em levantamento realizado a partir do Mosaico Orçamentário – ferramenta desenvolvida pela FGV-DAPP (*Diretoria de Análise de Políticas Públicas*) –, o partido da presidente controla a partir deste ano a menor parcela de Orçamento discricionário desde que chegou ao governo. Já os partidos aliados mais do que dobraram a participação na administração destes recursos.

Um estudo recente realizado pela FGV-DAPP indicou que uma divisão mais equânime de recursos tende a garantir maior estabilidade. A estratégia da presidente objetiva, nesse sentido, conduzir um governo mais estável ao trazer efetivamente as siglas aliadas para a administração. Mesmo em um país com o Poder Executivo forte, é preciso conciliar forças para garantir a condução da agenda de interesse do governo e resistir a iniciativas da oposição.

O novo Ministério reflete, portanto, de maneira mais fiel a correlação de forças colocadas pelo voto popular no Congresso Nacional. E revela o objetivo de formar uma coalizão mais estável, no momento em que se anuncia uma complexa agenda para os próximos anos. Agenda esta que inclui desafios econômicos e políticos e demandas por melhorias nos serviços públicos.

* PESQUISADORES DA DIRETORIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA FGV

Dilma vai cobrar que cortes sejam cumpridos

ROBERTO STUCKERT FILHO/PR - 1º/1/2013

Na primeira reunião do 2º mandato amanhã com os 39 ministros, presidente quer evitar reações às medidas de Joaquim Levy

Débora Bergamasco
Adriana Fernandes / BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff vai usar sua primeira reunião ministerial do novo mandato, amanhã, para deixar claro a todos os 39 ministros que eles terão de cumprir as determinações de corte de gastos e de investimentos que estão sendo propostas pela nova equipe econômica do governo.

A estratégia presidencial é tentar minar desde já focos de resistência de titulares das pastas contra o contingenciamento de verba que ainda nem atingiu efetivamente o orçamento dos ministérios, mas já provoca chiadeira. Em outras palavras, a petista quer "empoderar" os titulares da Fazenda, Joaquim Levy, e o do Planejamento, Nelson Barbosa, diante dos demais companheiros de Esplanada.

A presidente também mostrará que é "para valer" a ordem dada a cada um dos ministros para que enviem ao Planejamento uma lista detalhada com todos os projetos de suas respectivas pastas com as indicações sobre o gasto que é essencial, o que é adiável e ainda aquele que pode ser eliminado dos planos.

Depois das medidas de aumento de impostos, as resistências dentro do governo ao plano de ajuste fiscal de Levy começaram a ganhar força. A maior crítica, que parte até do PT, é de que a estratégia do ministro não pode focar apenas no corte de despesas e aumento da carga tributária, mas precisa sinalizar medidas de contraponto ao quadro recessivo da economia que se avizinha. O cenário vai se agravar com a crise de abastecimento de energia e água.

As dificuldades do ministro ficaram mais claras diante dos ruídos que surgiram com as entrevistas que Levy concedeu durante o Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, nos últimos dias. Em três ocasiões seguidas, ele teve de esclarecer declarações que repercutiram mal no Planalto. Todas elas sobre temas delicados como recessão econômica, reformas dos direitos dos trabalhadores e risco de racionamento de energia.

Na área econômica, a percepção é de que, mesmo com o aval do Palácio do Planalto às medidas restritivas, a presidente precisa buscar apoio do PT e dos partidos da base aliada ao Plano Levy. O ministro está se preparando para a fase mais difícil, quando os cortes forem anunciados e mexerem nos recursos dos ministros "políticos" de Dilma.

Se por um lado as medidas ortodoxas vêm causando algum conflito no meio político, por outro lado estão encontrando respaldo – ou ao menos indiferença – da maioria da população, segundo pesquisas internas que vêm sendo realizadas pelo Palácio do Planalto. De acordo com estrategistas do governo, a aprovação de Dilma ainda não apresentou queda com os anúncios recentes.

Em 2013, a última reunião
O último encontro de Dilma com todos os 39 ministros do primeiro mandato ocorreu em 1º de julho de 2013, em meio aos protestos que tomaram o País. À época, a presidente disse que não faria demagogia ao cortar gastos e que não reduziria a equipe ministerial.

No 1º mandato. Dilma durante reunião ministerial em 2013